

As celas disciplinares ou «Segredo»

Cadeia do Forte de Peniche

Rosalina Carmona



Uma das novas celas disciplinares identificadas na Cadeia do Forte de Peniche. A foto (c. 1964) pretendia passar a imagem que se tratava de uma prisão modelar e com excelentes condições para os presos políticos, numa altura em que o regime era alvo de crítica interna e internacional. Trata-se de um documento raro, dado que apresenta a característica «tarimba fixa» em cimento, exemplar único deste tipo conhecido em prisões políticas portuguesas. A cela disciplinar era conhecida entre os presos políticos como “segredo” ou “castigo”. ADGRSP-EPL.

Resumo:

Acerca do tipo de castigos e os locais usados na Fortaleza Militar de Peniche onde eram praticados, é importante saber onde se localizavam e, para memória futura, fazer o seu mapeamento. Passados que são 47 anos sobre o 25 de Abril de 1974 e a libertação de todos os presos políticos na madrugada de 27 de Abril, com o posterior encerramento da prisão, importa, pois, recorrer ao testemunho dos presos políticos e ao confronto com outras fontes, confirmando-se, deste modo, que as celas disciplinares eram locais de tortura e sofrimento, onde tinha lugar a violência física e psicológica exercida pela polícia política PVDE/PIDE/DGS sobre os resistentes antifascistas. Na prisão de Peniche, elas funcionaram em diferentes dependências da Fortaleza Militar. É a identificação e caracterização desses locais que aqui procurámos mapear.

A informação conhecida acerca da intenção de transformar a Cadeia do Forte de Peniche (CFP) em prisão da máxima segurança – tornando-a um exemplo a não esquecer por todos aqueles que por lá passavam vítimas da perseguição fascista - surge por volta de 1950. O então ministro da justiça de Salazar, Cavaleiro Ferreira, emite um despacho datado de 26 de junho no qual encarrega o Diretor da Colónia Penitenciária de Alcoentre, Roberto Pinto, de realizar uma inspeção à cadeia de Peniche¹. O despacho começa por caracterizar a situação na CFP referindo que naquela época o «*aumento da população prisional verificado no Forte de Peniche*»² resultaria para o ministro, em «*fortes dúvidas quanto à organização eficiente dos serviços da Cadeia*»³. Pelo que determina que as obras de adaptação se iniciem rapidamente, ficando incluídas no «*programa das construções prisionais com caracter urgente*»⁴.

No relatório da inspeção de 1950, pode ler-se que o diretor da Colónia Penal de Alcoentre, quando procedia à inspeção deparou-se com o que designou «*um princípio de revolta que procuramos solucionar no dia da nossa chegada ali*»⁵. O protesto dos presos relacionava-se, segundo a mesma fonte, com um «*movimento de solidariedade para com dois presos internados na cela disciplinar*»⁶.

Acerca das reivindicações dos presos, sublinha o próprio inspetor que as mesmas eram justificadas, pois, segundo escreve: «*Deve dizer-se e isso transparece através do que fica dito, que as reclamações têm, de uma maneira geral, razão de ser*»⁷. Esta constatação corroborada pelo próprio encarregado da vistoria oficial do regime, não deixa dúvidas quanto às más condições da prisão e à situação em que se encontravam os presos.

¹ Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Arquivo Histórico do Estabelecimento Prisional de Lisboa (DGRSP-AHEPL), “Instruções Gerais a observar pelos reclusos desta Cadeia”, 1956, pág. 1-20, ID 223548, Cx 200013

² DGRSP, AHEPL, Correspondência de Peniche, Cópia do despacho ministerial e Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche – 1950, pág.1, ID 1010 Cx 200013

³ DGRSP, AHEPL, Correspondência de Peniche, Cópia do despacho ministerial e Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche - 1950 pág.1, ID 1010 Cx 200013

⁴ DGRSP, AHEPL, Correspondência de Peniche, Cópia do despacho ministerial e Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche - 1950 pág.1-20, ID 1010 Cx 200013

⁵ DGRSP, AHEPL, Correspondência de Peniche, Cópia do despacho ministerial e Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche – 1950, pág. 8, ID 1010 Cx 200013

⁶ O sublinhado é nosso. Cf. DGRSP, AHEPL, Correspondência de Peniche, Cópia do despacho ministerial e Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche – 1950, pág. 9, ID 1010 Cx 200013

⁷ DGRSP-AHEPL, Correspondência de Peniche, Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche - 1950, pág. 9, ID 1010 Cx 200013

Fortaleza de Peniche

Da leitura do relatório interno desta Inspeção de carácter era extremamente restrito, infere-se, que, naquele ano de 1950 – assim como em outros períodos que teremos oportunidade de citar - os castigos e a violência sobre os presos políticos eram recorrentes na Cadeia do Forte de Peniche não sendo, por vezes, necessários motivos fortes para ser castigado. Bastava um olhar mais frontal do prisioneiro, uma atitude ou uma resposta que não agradasse ao guarda carcereiro, para que o detido fosse castigado e enviado para o “segredo”.

A 11 de Julho de 1950 a inspeção estava terminada⁸, iniciando-se em 1951 os estudos preliminares para adaptação da cadeia ao regime de alta segurança, tendo por modelo as cadeias norte-americanas. Ficará encarregado do projecto o arquiteto Rodrigues Lima⁹, começando as obras em 1953 e prolongando-se pela década de 1960.



Vista geral da prisão a partir do mar, antes das obras de 1953. Foto: SIPA

Acerca das celas disciplinares – designadas pelos presos políticos por «segredo» ou «castigo» - o tipo de castigos aplicados e quais os locais usados na Fortaleza com tal finalidade, é

⁸ DGRSP, Correspondência de Peniche, Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche - 1950, pág. 18, ID 1010 Cx 200013

⁹ Cf. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4063 ;
<http://www.museunacionalresistenciaeliberdade-peniche.gov.pt/pt/prisao/>

Fortaleza de Peniche

importante saber onde se situavam e, para memória futura, fazer o seu mapeamento. Passados que são 47 anos sobre o 25 de Abril de 1974 e a libertação dos presos políticos na madrugada de 27 de Abril e o posterior encerramento da prisão, são hoje escassos os sobreviventes que poderão testemunhar sobre esta forma de tortura usual nas prisões políticas portuguesas.

Importa, assim, recorrer ao testemunho dos presos políticos que, em confronto com outras fontes, permite confirmar que as celas disciplinares eram locais de tortura e sofrimento, onde tinha lugar a violência física e psicológica sobre os resistentes antifascistas, pelas polícias políticas. Na prisão de Peniche, elas funcionaram em diferentes dependências da Fortaleza e é a identificação desses locais que aqui procuramos mapear.

As celas disciplinares eram espaços destinadas à aplicação dos castigos mais severos, quase sempre de grande violência, devastadores para o ânimo e o estado físico e psicológico dos presos. Quando o preso era vítima de castigo, ficava separado dos restantes companheiros, isolado num espaço específico a que ninguém tinha acesso, exceto o carcereiro que o vigiava. Para os restantes presos, a situação do companheiro castigado era, na verdade, um «segredo». Talvez daí advenha o termo «segredo».

Com pequenas variantes, a generalidade das cadeias políticas portuguesas tinha celas disciplinares, possuindo todas elas características mais ou menos comuns:

- Eram espaços de dimensão reduzida, o que obrigava o preso ao imobilismo
- A obscuridade era permanente
- Ausência de ventilação, o que tornava o ambiente pestilento e era uma forma de punição do preso obrigado a fazer as necessidades no seu interior
- Os presos passavam longos períodos de isolamento total, sem visitas ou correspondência
- Ausência total de mobiliário, às vezes sequer uma cama ou simples enxerga. Quando existia era fornecida à noite e retirada ao alvorecer
- Um regime alimentar que podia prever a prisão em cela disciplinar a pão e água.¹⁰

¹⁰ Informação recolhida e sistematizada pelo Partido Comunista Português – GES-PCP - para o Museu Nacional Resistência e Liberdade - Fortaleza de Peniche, a partir de testemunhos e depoimentos escritos, gravados ou publicados de antigos presos políticos.

Durante a inspeção realizada à CFP pelo diretor da prisão de Alcoentre em 1950, este anota, ainda, que os presos envolvidos no protesto de solidariedade com os castigados nas celas disciplinares apresentaram várias reclamações, que transcreve assim no relatório:

- *«a) – Deficiência de alimentação;*
- *b) – Pessimas condições em que a comida é confeccionada;*
- *c) – Pessimas condições em que a comida lhes é fornecida;*
- *d) - Não existência de vasilhas para comerem nem de púcaros para beberem;*
- *e) - Dificuldades no contacto com a Direcção;*
- *f) – Más condições higiénicas das camaratas e das retretes respectivas;*
- *g) – Não fornecimento de sabão;*
- *h) – Tratamento impróprio, dadas a atitude e o procedimento do Director e do Guarda que serve de Chefe para com eles.»¹¹*

Anos volvidos após esta inspeção surge em 1956, um outro documento oficial em que os castigos ou «*sansões disciplinares*» na Cadeia do Forte de Peniche estão regulamentados nas “*Instruções Gerais a Observar pelos Reclusos desta Cadeia*”¹². Embora não especificando locais, o documento enumera os castigos aplicados aos presos que podiam ser, entre outros, os seguintes:

- *Prisão na Sala, em cela de habitação ou cela disciplinar de um a trinta dias, podendo duplicar-se o tempo em caso de reincidência;*
- *Prisão na própria Sala, na cela de habitação ou na cela disciplinar, com privação de uma das refeições;*
- *Prisão em cela disciplinar, a pão e água;*
- *Proibição por tempo de um a três meses, de disporem em proveito próprio de dinheiro;*
- *Proibição de recreio de um a sete dias;*
- *Proibição do uso de luz artificial, da cama ou de outros móveis nas celas ou salas, ou de quaisquer outras condições de conforto até um mês;*

¹¹ DGRSP-AHEPL, Correspondência de Peniche, Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche - 1950, pág. 9, ID 1010 Cx 200013

¹² DGRSP-AEEPL, Instruções Gerais a observar pelos reclusos desta Cadeia, ID 223548, Cx. 200013

Fortaleza de Peniche

- *Proibição de visitas ou correspondência pelo tempo de um a três meses, podendo elevar-se ao dobro no caso de reincidência;*
- *Perda total ou parcial de concessões feitas anteriormente;*
- *Repreensão particular ou pública perante os outros presos;*
- *Transferência para um estabelecimento de presos de difícil correcção.*¹³

A nota final do Regulamento da CFP sublinha que todas as disposições podiam ser alteradas, suspensas ou suprimidas pelo Diretor, sempre que este o julgasse conveniente. Desta forma, imperava a arbitrariedade e o poder absoluto do responsável máximo da cadeia sobre os prisioneiros.

Acerca dos locais de castigo e onde se situavam, começemos por um dos menos conhecidos, a 'casa da água'. É referido no testemunho de Saúl Gonçalves, que menciona ter sido encerrado de castigo «dentro de um dos mais dolorosos buracos da fortaleza, a 'casa da água'»¹⁴ em 1938.

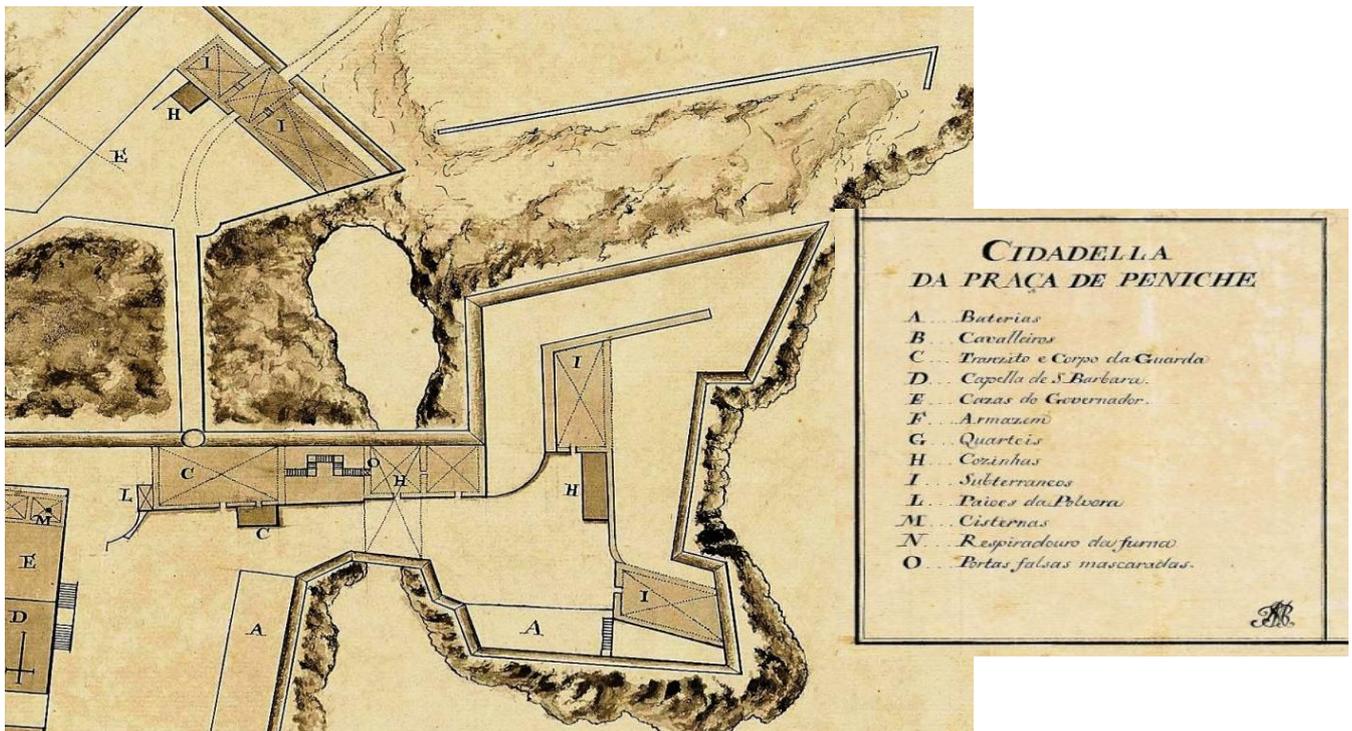
A 'casa de água' ou 'cela de água'

A 'casa da água' ou 'cela de água' seria uma galeria com degraus escavados na rocha, a partir do local onde se situa atualmente o "Salão Nobre". É possível identificá-la com a sua escadaria, numa planta antiga da fortaleza¹⁵ antes da adaptação desta a prisão política do 'Estado Novo'. A galeria desembocaria numa porta existente no túnel que passa por baixo da Fortaleza e liga o mar à Prainha de São Pedro.

¹³ DGRSP-AEEPL, Instruções Gerais a observar pelos reclusos desta Cadeia, "1956, pág. 10-11, ID 223548, Cx. 200013

¹⁴ BERNARDES, Fernando Miguel – **Uma Fortaleza da Resistência Peniche 1934-1974**, edições avante!, 1991, pág. 42

¹⁵ Arquivo Histórico Militar, Divisão de Infraestruturas do Exército, Planta da 'Cidadela da Praça de Peniche', séc. XIX



Detalhe da Planta da 'Cidade da Praça de Peniche' e respetiva legenda, séc. XIX. A chamada 'cela de água' e a sua escadaria encontra-se entre as letras C e H. A letra O indica a porta falsa de acesso ao mar, existente no arco da muralha.

Recuperemos a descrição de Saúl Gonçalves, que conta pelas suas próprias palavras como era a 'cela da água' e a tortura que sofreu enquanto lá esteve castigado.

«A casa da água ficava à esquerda do Forte, quando se entra. Era uma espécie de poço existente na rocha, estreito, só com espaço para uma escada talhada na própria pedra. O fundo descia talvez abaixo do nível do mar. A humidade escorria pelas paredes e a água acumulava-se no poço. Não existia pois o que se chama um sobrado, um chão; o preso permanecia agachado no chão num degrau da escada, e era obrigado a ficar num dos últimos. Lá muito em cima fechava-se a porta e de quando em quando os guardas vinham verificar se o preso continuava no fundo. Um dia, ao ouvir os ferrolhos, percebi que me chamavam para o pequeno-almoço. Mas eu, de cócoras, estava enregelado no degrau de baixo e não conseguia levantar-me. Tiveram os guardas de ir lá buscar-me. Içaram-me pelos sovacos. Lembro-me que estava teso, inteiriçado. Trataram-me então não sei com quê na chamada enfermaria da prisão, reanimaram-me e tive de voltar ao buraco. Voltei para a casa da água e o guarda que me levou ordenou-me que tinha de ir lá para o fundo, como de costume. Aquilo era tão mau que uns GNRs compreensivos que ali faziam serviço ofereceram-se para me darem um sinal, batendo à porta, à aproximação do guarda. Assim eu

podia ficar num dos degraus mais elevados e, quando ouvia as pancadas, descia então. Os guardas viam-me sempre no fundo do poço, na cave da casa da água, e ficavam satisfeitos.»¹⁶



O jovem Saúl Gonçalves (sobrinho), na primeira das três vezes em que foi preso pela polícia política.
AN/TT-PT-TT-PIDE-E-010-55-10900

Saúl Gonçalves um jovem de 20 anos de idade, natural de Serra d'El Rei, concelho de Peniche. Tinha um tio preso na fortaleza o que o terá levado a auxiliar com o seu barco, a fuga de um grupo de três prisioneiros da Fortaleza para o mar, no ano de 1938. Eram eles Augusto Valdez, Artílio Baptista e Veríssimo Sim-Sim, que escaparam do “segredo” no Redondo, descendo pelas rochas para a embarcação que haveria de os levar para a vila de Peniche, onde um carro os transportaria para o exterior.

As coisas não correram como o planeado, a fuga falhou, e os presos acabaram de novo na Fortaleza. Ali os esperavam os guardas, que sobre eles se lançaram com ferocidade e, usando processos de intimidação, espancamentos e tortura, através de interrogatórios conseguiram identificar e prender o jovem Saúl Gonçalves, que transportara os fugitivos no seu barco.

¹⁶ BERNARDES, Fernando Miguel – **Uma Fortaleza da Resistência Peniche 1934-1974**, edições avante!, 1991, pág. 42



A 'cela de água' ia dar ao túnel situado no arco da fortaleza. Foto DGPC com ampliação do local da porta falsa de acesso ao mar.

Conta um dos presos, após a captura, como foram recebidos pelos guardas: «Reconduzidos à fortaleza, os polícias atiraram-se a nós como feras. Eu só fui agredido durante os interrogatórios porque o enfermeiro disse ao comandante que eu não suportaria mais pancada por estar fraco. Os outros dois camaradas foram agredidos a «casse-tête» durante cerca de duas horas para dizerem que tinha vindo um barco, quem o trouxera e como entraram as serras [para cortar os gonzos da porta do Redondo]. Até hoje a Polícia não sabe como entraram as serras. O comando desconfiou que o barco tinha sido preparado por um dos três camaradas de Peniche presos na fortaleza – o Saúl Gonçalves. E acertou. Armaram-lhe uma ratoeira e ele caiu. Disseram-lhe que nós já tínhamos dito que ele mandara vir o barco e ele confirmou. Um sobrinho dele, que conduzia o barco, foi preso.»¹⁷

¹⁷ 'Fuga de Augusto Valdez, Artílio Baptista e Veríssimo Sim Sim' in **Forte de Peniche Memória, Resistência e Luta**, ed. URAP- União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 2019, 5ªedição, pág. 125-127

Saúl Gonçalves tinha o mesmo nome e apelido de seu tio preso – Saúl Gonçalves – daí existirem duas fichas policiais na PVDE/PIDE com o mesmo nome¹⁸, o do preso nº 5551 Saúl Gonçalves (tio) em baixo:

Sinais particulares *n*

N.º 5551
 Altura 1,73
 Cór Natural
 Nacionalidade Portuguesa

Nome e alcunha Saúl Gonçalves

Estado Solteiro Profissão Vendedor ambulante
 Naturalidade Terra de El-Rei Data do nascimento 27-11-1916
 Filiação Antonio Gonçalves e de Isidora da
 Nazaré Gonçalves Residência Geniche = Largo St. Aguedo Fozia
 Outras indicações Declarou em audiência para a unidade imprecisa.
 Follo

Número do processo de valores ou documentos apreendidos
 Negativo 88-R

BIOGRAFIA PRISIONAL

Grêso pela P.I. em 19-11-36, para averiguações
 recolhendo a uma esquadra incomunicável
 (o.s. 356) Transferido para a 1.ª Esquadra em
 5-1-37 (o.s. 9.6) Transferido para a Fortaleza Militar
 de Geniche em 19-2-37 (o.s. 37) Transferido para a
 Forte de Caxias F. Norte em 23-11-38, por ter participado
 nos preparativos da estada de 3 presos de Geniche
 no dia 18 do corrente (o.s. 328).
 Foi julgado no T.M.E. em 17-2-37 e condenado na pena de 5 anos
 de prisão numa Colónia a escolha do Governo. Por despacho do Com.º do
 Exército de 16-1-48, o mesmo no proc.º 58/489, devendo ser transferido para Cabo Verde
 para cumprir a pena acima citada. Transferido para a cadeia do
 Objeto em 24-3-39 (o.s. 84) Embarcou em 1-4-39 para a
 Colónia de São Verde (o.s. 91) "Por ter sido abrangido
 pelo Decreto de Amnistia nº 35.041, foi restituído a
 liberdade em 12-1-46, ficando a aguardar embar-
 que para Lisboa" Progressou no paquete Quina em 1-2-46.

Mod. 104 - 3309-36

Ficha policial de Saúl Gonçalves (tio). ANTT-PT-TT-PIDE-E-010-28-5551

¹⁸ Ambas as fichas podem ser consultadas em: ANTT <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4286031> e <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4291398>

e a de Saúl Gonçalves (sobrinho), preso com o nº 10900, que é aquele a quem nos referimos e ajudou à fuga dos prisioneiros com o seu barco.

N.º 10.900

Nome e alcunha Saúl Gonçalves "Sobrinho"

Estado Solteiro Profissão Fadeiro - Industrial de padaria

Naturalidade Ferre de El Rei = Foncefles de Peniche Data do nascimento 5-8-1918 = 20^o de 1918

Filiação Ricardo Gonçalves e de Jacinta da Conceição Gonçalves

Residência em Peniche - R. Marques de S. Vaz

Outras indicações R. da Moura, 16 - Alameda - Tombal 51-53
Proc.º 18/354 - S. Pr. - R.º 554/262-1.º Dir.

Número do processo de valores ou documentos apreendidos Reg.º 5/354 S. Pr. - R.º 567/962-1.º Dir.

Registo nº 147 **BIOGRAFIA PRISIONAL**

Preso em 19-11-38 por ter participado nos preparativos da evasão de 3 presos de Peniche no dia 18 do corrente (c.º 328). Transferido para o Forte de Baxias Reducto forte em 23-11-38 (c.º 328), ficando ali em regime de isolamento e sem visitas = Por despacho de Ex.º Sr. Director de 16-1-39, colocado no proc.º 58/939, devendo permanecer os 6 meses em prisão preventiva no regime anteriormente citado. Transferido para a cadeia do Aljube em 24-3-39 (c.º 84). Restituido a liberdade em 16-7-39 (c.º 198). Preso por esta Sol.º em 9-1-54 em Alameda, por suspeita de pertencer à organização secreta e subversiva denominada por "Partido Comunista Português", o qual na mesma data deu entrada nesta Direcção, recolhendo na cadeia do Aljube (c.º 12/954). Em 26-3-54 foi posto à ordem dos Tribunais Criminais de Lisboa (c.º 86/954). Transferido em 3-4-54 para o Depósito de Presos de Baxias (c.º 898/954).

"Unido com a pena de 30 dias de proibição de visitas por infracção do art.º 330, 336, 346 e 350 do Decreto-Lei nº 26.543" ofício nº 137/954 de 14-8-954 do Depósito de Presos de Baxias"

"Julgado no Tribunal Plenário 2.º Turma Criminal de Lisboa em 29-6-954, tendo sido condenado na pena de Alçada 1.ª 590 1/62 Cor Branca"

Nacionalidade Portuguesa



Saúl Gonçalves - 5-5-62 = 19528

Ficha policial de Saúl Gonçalves (sobrinho). ANTT-PT-TT-PIDE-E-010-55-10900

A história destes dois antifascistas oriundos de Peniche demonstra, como foram perseguidos pelo regime salazarista e, talvez, também, as suas famílias. Merecem, pois, que aqui seja rememorada.

Ambos estavam na casa dos 20 anos, com apenas dois anos de diferença entre si. Os dois passaram pelas principais prisões políticas portuguesas: Fortaleza Militar de Peniche, Forte de Caxias-Reduto Norte, Aljube de Lisboa. Saúl Gonçalves (tio) fora detido pela PSP para averiguações em 19-11-1936, mas acabaria por ser julgado em Tribunal Militar Especial e condenado ao degredo, com uma pena de 5 anos numa colónia. Foi desterrado para o Campo de Concentração do Tarrafal em Cabo Verde, onde cumpriu 7 anos menos 3 meses, regressando a Portugal em 01-02-1946. No total, foram quase 10 anos de cativo que sofreu.



Segunda prisão de Saúl Gonçalves (sobrinho) em Alhandra, 9 de janeiro de 1954. ANTT-PT-TT-PIDE-E-010-55-10900

No caso de Saúl Gonçalves (sobrinho), foi preso a primeira vez no episódio relacionado com a fuga, curiosamente no mesmo dia e mês de seu tio mas em 1938 e transferido para Caxias-Reduto Norte, onde ficou em regime de isolamento e sem visitas. Sem julgamento e por despacho do diretor da PVDE, em 16-01-1939 ficou 6 meses em prisão preventiva com o mesmo regime. Transferido para o Aljube em 24-03-1939 saiu em liberdade a 16-07-1939. Voltaria a ser preso pela polícia política mais duas vezes, uma das quais em 09-01-1954 em Alhandra, acusado de «suspeita de pertencer à organização secreta e subversiva denominada por “Partido Comunista Português”, o qual na mesma data deu entrada nesta Directoria, recolhendo na Cadeia do Aljube.»¹⁹ Em abril de 1954 voltou a Caxias onde permaneceu até ao seu julgamento

¹⁹ ANTT-PT-TT-PIDE-E-010-55-10900 <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4291398>

em Tribunal Plenário em 29 de junho, tendo sido condenado a 12 meses de prisão com perda de direito políticos por três anos, 1000\$00 de imposto de justiça e «*acréscimos legais*». Descontada a prisão preventiva foi libertado em 04-01-1955. Foi preso de novo pela PIDE a 2 de Maio de 1962, e enviado para o Depósito de Presos de Caxias, de onde sairia em liberdade em 19 de maio de 1962.

Passemos agora a outros espaços identificados com a mesma finalidade – aplicar castigos aos presos políticos

O “segredo” no Fortim Redondo

O Fortim Redondo foi, provavelmente, o espaço usado durante mais tempo para castigos. Parte primitiva da Fortaleza construída sobre a rocha no século XVI, foi utilizado como “segredo” devido às suas características especiais: isolamento no topo da Fortaleza, praticamente dentro do mar e muito insalubre.

O «segredo» ficava dentro do Fortim Redondo, na dependência central por baixo da torre sineira e consistia numa cela de cerca de 8 m² sem janelas, ou qualquer tipo de ventilação. Das suas espessas paredes escorria humidade e tinha o chão em terra batida que, posteriormente, foi substituído por cimento. Não possuía qualquer peça de mobiliário, a não ser um balde para as necessidades fisiológicas. Era fechado por grossa porta de madeira, reforçada com cinta de ferro e permanentemente vigiado.

Durante o dia os presos eram obrigados a estar de pé, ou sentavam-se no cimento frio e húmido, sendo-lhes entregue à noite uma enxerga e umas mantas, que eram retiradas ao amanhecer. As refeições decorriam às escuras e o isolamento apenas era quebrado quando iam despejar o balde no mar, de manhã e à noite. Durante o castigo os presos eram despojados de todos os objetos pessoais, não podiam tomar banho ou barbear-se e podiam ser algemados durante o dia. De noite eram acordados de 4 em 4 horas, para que o guarda verificasse a sua presença.²⁰

²⁰ Informação recolhida e sistematizada pelo Partido Comunista Português – GES-PCP - para o Museu Nacional Resistência e Liberdade - Fortaleza de Peniche, a partir de testemunhos e depoimentos escritos, gravados ou publicados, de antigos presos políticos.

Fortaleza de Peniche



O Fortim Redondo, um dos locais mais temíveis como «segredo». Fotos SIPA/DGPC

Ainda assim, foi deste lugar alcantilado a grande altura na muralha sobre o mar, continuamente vigiado, que tiveram lugar duas fugas vitoriosas, a de 1938 já referida e, uma outra, individual e bastante arriscada, de António Dias Lourenço²¹, a 17 de Dezembro de 1954. Lançando-se ao mar a mais de 20 metros de altura, foi a sua perícia e qualidade de nadador exímio, escudados na sua coragem e arrojo, que lhe permitiram vencer o bravo mar de Peniche naquela noite invernosa e assim alcançar a liberdade.

António Dias Lourenço foi um destacado dirigente do Partido Comunista Português, ao qual aderiu ainda muito jovem em 1932. Preso por duas vezes, passou um total de 17 anos nas prisões fascistas. Tendo sido detido a 17 de Dezembro de 1949, acabaria por ser transferido para Peniche em 5 de Agosto de 1953. Foi daqui que conseguiu evadir-se do «segredo» na noite de 17 de dezembro de 1954, voltando à luta clandestina contra a ditadura fascista. Esteve na direção e participou ativamente na organização de grandes ações de massas contra o regime e acabaria por ser novamente detido, em 14 de agosto de 1962.

Na sequência desta prisão, teve nova passagem por Peniche, sendo para ali transferido para cumprimento de pena, a 5 de fevereiro de 1963. Após um internamento na prisão Hospital de S. João de Deus (Caxias), voltou para Peniche em 3 de dezembro de 1965 onde permanecia quando, a 31 de janeiro de 1971, recebeu a notícia do falecimento de seu filho António com quem trocou expressiva correspondência de que se destacam os desenhos e contos infantis, que em parte foram doados ao MNRL. A PIDE autorizou, sob escolta, a sua saída da prisão para assistir ao funeral do filho, tendo regressado novamente à Cadeia do Forte de Peniche.

Depois de vários internamentos entre 1971 e 1972, em 29 de março de 1973 teve alta do Hospital de S. João de Deus, não existindo mais registos na sua ficha prisional. Após o 25 de Abril desenvolveu intensa atividade política como deputado eleito pelo PCP à Constituinte e depois à Assembleia da República entre 1975 e 1987.

²¹ ANTT- PT-TT-PIDE-E-010-98-19563 <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4300095>



M N.º 19563

Altura 1,650 1,65 m.

Côr. Branca

Sinais particulares Tem uma cicatriz na 3ª falange do dedo indicador da mão esquerda na 3ª falange do anelar da mão direita

Nacionalidade Portuguesa

Nome e alcunha *António Dias Lourenço da Silva*

Estado Casado Profissão *Tornador Mecânico*

Naturalidade *Vila Franca de Xira* Data do nascimento *25-3-1915*

Filiação *Manuel Dias Lourenço e de Bernarda da Assunção e Silva*

Residência *Alfândega*

Outras indicações *Proc.º 1144/49 R.º 1490/50-1.º Div.*

Número do processo de valores ou documentos apreendidos *Neg.º n.º 11670*

25.077

Reg.º 9.º 2037/49
Reg.º 1.653/42-1.º Div.

BIOGRAFIA PRISIONAL

Preso por esta Polícia em 17-12-949, em Palmela dando entrada nesta Direção na mesma data para averiguações, tendo recebido do C.º de Vila de Aljube (O.S. 353/949). "Passo à Jurisdição do Tribunal Permeável de Lisboa em 10/4/50 (O.S. 101/50). "Julgado em 14-XII-950 no 3º Juízo Criminal de Lisboa, tendo sido condenado na pena de 4 anos de prisão maior celular, ou, em alternativa, na pena de 5 anos de degredo, 12 meses de multa a 5700 por dia e mil escudos de imposto de justiça, e na medida de segurança, tendo havido recurso pelo Ministério Público - "Transferido em 21-3-51 para o Depósito de Prãos de Caxias (p. 53/51). "Por acórdão de 14-2-951 o Supremo Tribunal de Justiça, altera a pena para a de 2 anos de prisão maior celular, de liquidos de degredo por 8 anos, ou, em alternativa, a pena fixe de 12 anos de degredo, que se for cumprido será em qualquer dos casos em proventos de 1ª classe, acrescida desta pena de multa, de suspensão de direitos políticos e de medida de segurança, nos termos expostos." Transferido para a Cadeia de Lisboa em 1-7-952 (O.S. 185/952). Transferido em 22-7-952 para o Depósito de Prãos de Caxias (O.S. 206/952) Transferido para a cadeia do Aljube em 20-7-953 para cumprimento da pena disciplinar que lhe foi aplicada (O.S. 207/953).

Mod. 194 - 2ª liv. c/ 200 - 8-5-944 - 2017

Folha 1-4 da ficha prisional de António Dias Lourenço. ANTT- PT-TT-PIDE-E-010-98-19563

As Casamatas

Outro dos locais onde também funcionou o «segredo» ou «castigo» em Peniche, foram as Casamatas.

As casamatas são elementos arquitetónicos de suporte da estrutura defensiva sobre a qual se ergue a Fortaleza, existentes no interior e a toda a volta da muralha. Tiveram diversas funções ao longo dos séculos, servindo de cavalariças, armazéns e até de paióis. Depois que a Fortaleza Militar de Peniche foi adaptada a prisão privativa da PVDE/PIDE, serviram de celas disciplinares. Eram dependências insalubres e mal ventiladas, sem janelas, possuindo apenas no topo, a grande altura no teto, uma espécie de claraboia por onde entrava alguma claridade. No início dos anos 30 do séc. XX, o jornal *'O Proletário'* refere um protesto dos presos que se recusaram a cumprir tarefas humilhantes - como a limpeza das casernas e pátios da prisão - a que os carcereiros queriam obrigá-los. Como resultado do protesto, 36 presos foram espancados e encerrados de castigo nas casamatas.²²



Nas casamatas não existia pavimento, uma camada de cascalho cobria o chão. Era aí que os presos permaneciam e tinham de dormir, durante o período que durasse o castigo. Fotos DGPC

²² Cf. "O que vai pela fortaleza de Peniche", *"O Proletário"*, agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16, pg. 2.
ANTT-PTADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4_m0194

As casamatas continuavam a ser mencionadas como celas de castigo em 1950, no Relatório de Inspeção à Cadeia de Peniche, já anteriormente citado.²³

*«Celas disciplinares isoladas numa antiga dependência do Forte supomos ter sido uma casamata, parecem improprias para isolamentos prolongados.»*²⁴ A observação do diretor da cadeia de Alcoentre encarregado da inspeção não deixa dúvidas, quanto às condições a que os presos eram submetidos durante os castigos nas casamatas. Uma nota que nos parece interessante, por poder revelar algum “desconforto” da sua parte, é quando escreve que, devido à sua experiência com presos de delito comum, reconhecia serem mais maltratados os presos políticos em Peniche. Refere a certo passo no seu relatório:

«É difícil a quem, como nós, não tem trabalhado com reclusos essencialmente políticos, apreciar a maneira por que é encarada a disciplina prisional num estabelecimento desta natureza. Em paralelo relativo ao estabelecimento de presos comuns, deve dizer-se, porem, que os presos em Peniche têm de ser considerados, também neste ponto, em situação de desfavor.»

Provavelmente, todos estes espaços – e outros que ainda poderão vir a ser identificados - foram utilizados como celas disciplinares de castigo durante muitos anos, e, até em simultâneo. Esta situação só conhecerá alterações, após a fuga coletiva de 10 presos, todos dirigentes do PCP, na noite de 3 de janeiro de 1960.

O impacto da fuga obrigou a PIDE e a direção da Cadeia a um reforço repressivo ainda mais severo e ao aumento da segurança interna na prisão de Peniche. Terá sido por esta altura que se dará o encerramento do Fortim Redondo como «segredo» e começa o planeamento de novas celas disciplinares.

²³ DGRSP-AHEPL, Correspondência de Peniche, Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche - 1950, págs. 1-20, ID 1010 Cx 200013

²⁴ DGRSP-AHEPL, Correspondência de Peniche, Relatório de Inspeção à Cadeia do Forte de Peniche - 1950, pág. 2, ID 1010 Cx 200013

O «novo segredo» ou «novo castigo»

Tal conclusão parece depreender-se da consulta de uma informação interna dos serviços da CFP, a 25 de setembro de 1963, que informa que a Torre Sineira será adaptada a canil por já não ter condições de segurança como cela disciplinar.²⁵

«Com a adaptação a canil da Torre Sineira desta Cadeia, vai em breve dar-se início aos trabalhos. Junto da Torre encontra-se uma dependência que há muito tempo foi adaptada, também a cela disciplinar. Esta cela não tem condições que obedeçam ao fim a que se destina [...]. Dada a sua actual incapacidade e ao seu breve desaparecimento daquele local torna-se necessário construir ou adaptar-se uma dependência deste estabelecimento que a substitua [...] dado que a população prisional deste estabelecimento triplicou nos últimos anos.»²⁶

É preciso notar que, no início da década de 60 do séc. XX, o regime era abalado interna e externamente pelo contexto das lutas de massas fruto da resistência e oposição do povo português à ditadura de Salazar. No ano de 1961 iniciava-se uma série de acontecimentos que prosseguiriam nos anos seguintes, culminando na queda do fascismo com a Revolução de 25 de Abril de 1974. Em Janeiro foi o desvio do paquete “Santa Maria”, no mar das Caraíbas que constituiu uma humilhação internacional para Salazar. Em Fevereiro teve início a luta armada levada a cabo pelos movimentos de libertação das antigas colónias, com a eclosão da Guerra Colonial. No ano de 1962 foram as grandes manifestações do 1º de Maio, a Crise Académica e a conquista das 8h nos campos do sul – entre vários outros acontecimentos aos quais o regime respondia com o aumento da repressão brutal, sucedendo-se as prisões em massa. Daí encontrar-se referências que a *«população prisional deste estabelecimento triplicou nos últimos anos.»²⁷*

Muitos dos que contestavam o regime, encontravam-se encarcerados na Cadeia do Forte de

²⁵ Com o reforço do policiamento na prisão viria a ser criado em 1961 o canil, no espaço do antigo «segredo» com acomodações para seis (6) cães-polícias. Cf. DGRSP-AHEPL, “Estudo para execução da guarda à Cadeia do Forte de Peniche”, ID290841Cx.200013

²⁶ DGRSP-AHEPL, Correspondência da Cadeia do Forte de Peniche, ID290848 Cx.200013

²⁷ DGRSP-AHEPL, Correspondência da Cadeia do Forte de Peniche, ID290848 Cx.200013

Fortaleza de Peniche

Peniche e essa pressão sentia-se na cadeia desde 1963, com o crescente número de presos políticos sempre em aumento, como mostra o quadro seguinte.²⁸

	1963	1964	1965	1966	1967
Total de presos (1)	117	234	121	143	86
Número de transfe- rências para obser- vação e tratamento	18	11	24	21	24

Quadro do número de presos na Cadeia do Forte de Peniche entre aos anos de 1963 a 1966.

Será, pois, no contexto do aumento geral da repressão que nasce o «novo castigo» na cadeia do Forte de Peniche.



Uma das celas do «novo segredo» ou «novo castigo» após desobstrução das paredes que as mantinham entaipadas, durante a obra de reabilitação do MNRL- Foto DGPC

²⁸ DGRSP-AHEPL, Correspondência da Cadeia do Forte de Peniche, “Relatório da Direção Geral dos serviços Prisionais ao Ministro da Justiça”, 4 de janeiro de 1969, ID 290837 Cx.200013

O “novo castigo” é constituído atualmente por duas celas situadas no Bloco D da prisão, na zona externa aos blocos prisionais A, B, e C. Foi identificado já no decorrer das obras de requalificação da prisão para Museu Nacional Resistência e Liberdade e as duas celas existentes atualmente encontravam-se emparedadas, sendo reabertas durante as obras, em 2018.

O Bloco D fica isolado dos restantes blocos, separado do pátio da cisterna por um muro alto e abrangia a cozinha, a zona de preparação de alimentos, a lavandaria e outras dependências dos serviços internos da cadeia. Nessa zona, fechada por muros e um grande portão, ficavam as duas celas disciplinares anexas ao acesso das casamatas.



Localização das celas do «novo castigo» e reabilitação do Bloco D. Fotos: J.P. Ruas e DGPC

Os blocos prisionais A, B, C e D fazem parte do projeto de construção da nova prisão de alta segurança que foi construída a partir de 1953 e prolongou-se pela década de 60. Contudo, no início pode ter-se tratado apenas de uma cela que terá começado a funcionar como «novo castigo» a partir de 1963 e, mais tarde, terem sido construídas outras celas disciplinares, como refere um ofício do diretor da CFP ao Diretor-Geral dos Serviços Prisionais, em 1 de junho de 1964.

«Aproveito a oportunidade para também informar v. Ex^ª. de que todos os [12] delinquentes políticos se encontram castigados com isolamento por 30 dias [...]. Nesta conformidade e pelo que atrás exponho, há, pois, toda a urgência de se começar já a construção das celas disciplinares, conforme está no plano de obras destinado a esta Cadeia, a fim de eu poder manter os reclusos mais rebeldes afastados do convívio dos outros, visto que, como é do

Fortaleza de Peniche

conhecimento de V. Ex^a., este Estabelecimento somente dispõe de uma cela disciplinar, o que é manifestamente insuficiente para manter a disciplina dada a qualidade e quantidade dos reclusos que presentemente aqui estão internados.»²⁹

A promoção da “nova” cadeia de Peniche obedeceu a um programa de divulgação a que não faltaram fotografias oficiais das novas celas e da «excelência» das renovadas condições de permanência dos presos políticos. Este plano de propaganda destinado a suavizar a imagem do regime salazarista e marcelista, sobretudo no estrangeiro onde Portugal era contestado devido às más condições prisionais. O plano incluiu uma entrevista a Lord Russel ao *Daily Telegraph*, intitulada “Os presos políticos em Portugal”. Nessa entrevista, Lord Russel opunha-se a um conhecido jurista britânico, Mr. Neville Vincent, que denunciava: «Portugal não é uma anedota de music-hall, mas um Estado-policial em que tudo é tão brutal e corrupto como na Alemanha nazi.»³⁰

São desta época as fotografias que se conhecem da Cadeia do Forte de Peniche nos anos de 1960, como a que consta na primeira página deste artigo e as seguintes.



Fotos: DGRSP-AHEPL, Correspondência da Cadeia do Forte de Peniche

O reverso era o «novo castigo» com o seu isolamento, o regime celular em que os presos chegavam a passar mais de 20 horas dentro da cela e todos os castigos já anteriormente enunciados.

²⁹ DGRSP-AHEPL, Correspondência da Cadeia do Forte de Peniche, “Relatório da Direção Geral dos serviços Prisionais ao Ministro da Justiça”, 4 de janeiro de 1969, ID 290837 Cx.200013

³⁰ Esta entrevista seria publicada na obra “**Aspectos fundamentais dos Sistemas Penal e Prisional e da Organização Judiciária em Portugal**” editada pelo Ministério da Justiça em 1965.



«Novo castigo» de Peniche

Fotos: DGRSP-AHEPL, Correspondência da Cadeia do Forte de Peniche

Em conclusão

Ao longo deste texto procurou-se identificar e caracterizar os diferentes locais do «segredo» na Cadeia do Forte de Peniche onde eram aplicados castigos aos prisioneiros aqui detidos. Uns eram mais conhecidos, outros nem tanto e outros ainda só surgiram no decorrer das obras de requalificação do Museu. Até ao momento estão assinalados quatro espaços:

1. A Casa ou Cela da Água;
2. O Fortim Redondo;
3. As Casamatas;
4. O «Novo Castigo».

É possível que com o aprofundar da investigação mais informação vá surgindo e permita ainda complementar com melhor conhecimento a história da prisão política. Uma coisa porém, nos parece de salientar, que é a necessidade de - sem colocar em causa o projecto do Museu - tentar adaptar o projecto de arquitetura a esta nova realidade integrando os espaços identificados na investigação recente.

Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche

01-12-2021